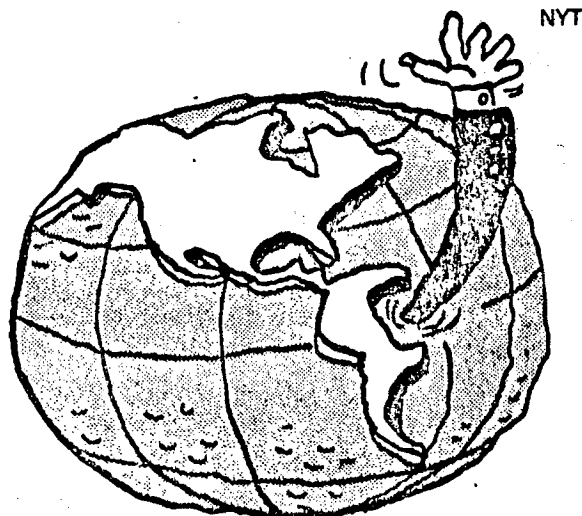


A luta do Brasil com os bancos

Leonard Silk *Do New York Times*

E ENQUANTO o país se divertia nas festas do carnaval, o ministro da Fazenda do Brasil, Dilson Funaro, e o presidente do Banco Central, Francisco Gros, voaram para Washington em busca do auxílio das autoridades financeiras norte-americanas e internacionais. Receberam chá e simpatia, mas nenhuma promessa de dinheiro novo, a menos que apresentem um plano para controlar a galopante inflação brasileira.

Quando os dois partiram para Londres, na segunda-feira, receberam o mesmo tratamento da parte do ministro das Finanças da Inglaterra, Nigel Lawson, que lhes disse que o Brasil precisa resolver seus problemas da dívida com os bancos comerciais antes de poder obter ajuda dos governos. Lawson explicou aos brasileiros que precisam obter um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), se é que esperam conseguir novos empréstimos ou melhores condições de pagamento da dívida do país por parte dos bancos comerciais.



NYT

Assim, até agora, os bancos estão se recusando a ceder à ameaça implícita de perder o que já emprestaram ao Brasil, apesar de a questão já estar lhes custando cerca de 450 milhões de dólares por mês, em juros não pagos. Há uns 15 dias o Brasil suspendeu os pagamentos do serviço de sua dívida de 68 bilhões de dólares, emprestados por bancos comerciais, e pouco depois decidiu congelar cerca de 15 bilhões de dólares em créditos comerciais e depósitos interbancários feitos por bancos e instituições estrangeiras. Isto significa que o Brasil está segurando o pagamento de parte dos 83 bilhões de dólares de sua dívida externa, que totaliza US\$ 109 bilhões.

Um veterano banqueiro norte-americano que participa do comitê de negociações, composto por 14 bancos, e que insistiu em permanecer anônimo, comentou há poucos dias: "A situação é séria; não posso dizer que esteja em vias de ser resolvida."

A ameaça aos bancos privados é a maior arma brasileira, mas aquele banqueiro afirmou que "bater nos bancos não poderá ser de muita valia".

O problema comercial do Brasil, crucial para sua capacidade de atender ao serviço da dívida externa, decorre do Plano Cruzado, adotado há um ano pelo presidente José Sarney e o ministro Funaro para ajudar seu partido a vencer as eleições. O plano, destinado a incentivar o crescimento econômico e ao mesmo tempo acabar com a inflação, fez com que a economia do país explodisse.

A combinação de grandes reduções de impostos e do controle dos preços e salários, no princípio, pareceu um novo milagre. O produto nacional bruto (PNB) real aumen-

tou 10% em 1986. Mas este crescimento provocou muitas importações, liquidou com o superávit comercial do país em suas exportações, queimou cinco bilhões de dólares das reservas nacionais de nove bilhões e soltou a inflação, que agora subiu para uma taxa de 600% ao ano. As taxas de juros saltaram para 750%, capitais fugiram do país, os bancos estrangeiros cortaram seus empréstimos e os investimentos caíram.

"Esta é uma crise de origem puramente doméstica", comenta Fred Bergsten, ex-Secretário-Assistente do Tesouro dos EUA, atualmente diretor do Institute for International Economics. "Diferentemente do caso do México, é difícil para os bancos e o FMI fazerem o necessário para ajudar o Brasil".

Por que o Brasil se recusa a apresentar um plano? O motivo básico é a política doméstica. O governo Sarney é fraco e está dividido internamente. As pressões dos sindicatos e de outros grupos de interesses contra a aceitação dos sacrifícios que, temem, resultariam de um acordo com o FMI, dificultam uma ação decisiva do Governo. "Não à recessão, não ao desemprego, não ao FMI", declarou Ulysses Guimarães, líder do partido do governo, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que deseja ocupar o lugar do Presidente Sarney.

Geoffrey Bell, diretor da Geoffrey Bell & Company, uma empresa de consultoria política e econômica, também constata teimosia dos bancos: "Esta situação difícil foi tornada mais complexa e emocional por causa da posição intransigente adotada pelo Citibank em relação às concessões aos devedores. O Citibank liderou a luta contra o spread para o México de 0,8%, e tem sido irredutível em sua recusa de examinar qualquer redução das margens para seus outros devedores".

Em Londres, Funaro tentou dividir os credores ao lançar um ataque aos bancos norte-americanos, que, disse ele, têm 50% dos representantes no comitê de negociações integrado por 14 bancos, enquanto são credores de apenas 35% do que o Brasil deve aos bancos comerciais. "Isto não é justo com os bancos europeus e japoneses", afirmou o Ministro, acrescentando que seu país poderia decidir se aproximar dos bancos em grupos regionais separados.

Aquele veterano banqueiro que integra o comitê de negociações comenta: "O pior que poderia acontecer seria nenhum dos lados ceder". Mas indica não esperar que isto aconteça, pois "diferentemente do Peru, o Brasil se apoia no comércio exterior".

E prossegue lembrando que, em um semelhante impasse político-econômico com a Argentina, o presidente Raúl Alfonsín demorou alguns meses para encarar a realidade econômica, mas finalmente fez isto, afastando seu ministro das Finanças, Bernardo Grinspun. A ilação do banqueiro é de que o Brasil provavelmente cairá na realidade e apresentará um plano realista, que receberá maior apoio dos bancos.

Contudo, enquanto isto, tanto os participantes quanto os observadores esperam que as negociações entre o Brasil e os bancos se arrastem e envolvam confrontos. Portanto, existe um alto risco de uma quebra do Brasil ocorrer em meio a uma economia mundial já cheia de tensões, cada vez mais fraca, subempregada, instável e crescentemente protecionista.

A necessidade mais urgente para o problema da dívida brasileira e a crise da dívida internacional serem solucionados é reforçar o crescimento econômico mundial. Mas um milagre mundial poderá ser tão difícil de obter quanto o milagre brasileiro, que não ocorreu.